



Ana Flávia Soares Conceição

ana.soares@adventista.edu.br

Mestra em Psicologia. Docente de Psicologia na Faculdade Adventista da Bahia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6654-0785>

Joyce Elisa dos Santos Gonçalves

joycelisa13@gmail.com

Psicóloga. Formanda na Faculdade Adventista da Bahia.

Nara Yngred Brandão Santos

nara.yngred@gmail.com

Psicóloga. Formanda na Faculdade Adventista da Bahia.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu
- CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

RACISMO E AUTOESTIMA DA MULHER NEGRA UNIVERSITÁRIA

RESUMO

Este estudo se propõe a analisar a autoestima dessas mulheres negras universitárias, compreender o que significa o racismo para as mesmas e descrever experiências de racismo e suas consequências na autoestima. Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, do tipo exploratório descritivo. Para seu desenvolvimento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e o método Photovoice, que foram gravadas, arquivadas e transmitidas. Ficou evidente que o racismo interfere diretamente na autoestima dessas mulheres negras universitárias, ocasionando dificuldades para o reconhecimento como pessoa negra. Tal violência está enraizada nas universidades, impedindo o avanço das relações.

Palavras-chave:

Mulheres negras. Racismo. Autoestima.

Keywords:

Black Women. Racism. Self Esteem.

CONCEIÇÃO, Ana Flávia Soares; GONÇALVES, Joyce Elisa dos Santos ; SANTOS, Nara Yngred Brandão. Racismo e autoestima da mulher negra universitária. **Revista Formadores**: vivências e Estudos. Cachoeira, Bahia, v. 16, n.3, p. 101 - 122, Dezembro 2023.

ABSTRACT

This study aims to analyze the self-esteem of these Black female university students, understand what racism means to them, and describe experiences of racism and its consequences on self-esteem. It is qualitative research of an exploratory and descriptive type. For its development, semi-structured interviews and the Photovoice method were conducted, recorded, archived, and transmitted. It became evident that racism directly affects the self-esteem of these Black female university students, causing difficulties in recognizing themselves as Black individuals. Such violence is deeply rooted in universities, hindering the advancement of relationships.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Hall (1996), o racismo é uma das principais consequências do processo colonial, que estabeleceu hierarquias raciais e perpetuou a exclusão e a marginalização de certos grupos étnicos. Ele afirma que “a construção do Ocidente e a construção da diferença são dois lados da mesma moeda. A imagem do ‘Ocidente’ foi definida em oposição à imagem do ‘Resto’, e as diferenças culturais foram transformadas em hierarquias raciais” (p. 280). Dessa forma, a ideia de que algumas raças são superiores a outras foi disseminada como uma justificativa para a dominação colonial e ainda é usada para justificar o racismo estrutural presente em muitas sociedades atualmente.

No Brasil desde a época da colonização pelos portugueses, onde indígenas e africanos foram escravizados do século XV até o final do século XIX, sendo os africanos e seus descendentes a maioria dos escravizados. Foi o último país a abolir a escravidão através da Lei Áurea, também conhecida como Lei Imperial nº 3.353, promulgada em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel. Essa lei declarou a liberdade dos escravizados no Brasil e pôs fim à escravidão que vigorou por mais de 300 anos no país. Depois de três séculos de violência e exploração da população negra neste território.

Após a abolição da escravidão no Brasil em 1888, muitos ex-escravos se viram livres, mas ainda enfrentaram diversas dificuldades. Alguns tentaram retornar às suas terras de origem, enquanto outros permaneceram nas propriedades dos antigos senhores como trabalhadores assalariados, enfrentando muitas vezes situações de exploração e abuso. Além disso, o racismo e a discriminação persistiram na sociedade brasileira, dificultando a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho e na vida social. Mesmo com a abolição formal da escravidão, as relações entre senhores e ex-escravos continuaram complexas e difíceis, marcadas por conflitos e desigualdades, o que perpetuou a desigualdade social e racial no país. Muitos negros foram expulsos dos territórios onde moravam e eram explorados até então, e foram colocados à margem da sociedade, sendo condenados à exclusão, fome, violência, vulnerabilidade social e discriminação. A ideologia racista, que se manifesta por meio da discriminação, exclusão e preconceito em relação a indivíduos

e grupos com base em sua cor de pele, etnia ou origem cultural, tem suas raízes históricas no processo colonial, que estabeleceu hierarquias raciais em que os povos colonizados eram vistos como inferiores, e essa ideologia não cessou.

Com o fim do período escravocrata brasileiro, foi preciso uma nova organização do lugar do negro na sociedade. De acordo com Sodré (1995), este lugar é o “de escravo à marginal”, fazendo surgir o “racismo de exclusão”, insinuando assim que os negros livres não serviam para trabalhar. Muitos negros livres se viram sem ter para onde ir e como sustentar suas famílias. No entanto, a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho foi dificultada pela persistência do racismo e da discriminação na sociedade brasileira. Muitos empregadores continuaram a preferir trabalhadores brancos, vendo os negros livres como “não serviam para trabalhar” e perpetuando o estereótipo de que a raça negra era inferior e incapaz de desempenhar atividades profissionais complexas. Essa discriminação afetou profundamente a vida desses indivíduos, que enfrentaram muitas dificuldades para encontrar empregos e garantir a subsistência de suas famílias. A exclusão e a marginalização dos negros livres do mercado de trabalho é uma das muitas formas pelas quais o racismo se manifestou na sociedade brasileira e continuou a perpetuar a desigualdade social e racial no país.

A posição de marginalidade dos negros em relação à nova organização social e a “inapropriação” em relação ao trabalho se estruturaram estabelecendo uma relação de inferioridade cultural. Isso resultou em um acesso limitado a trabalhos formais e, conseqüentemente, às “ocupações informais” como serviços domésticos, biscates e outras ocupações subalternas (FREITAS; MOURA, 1985 apud KALCKMANN; SANTOS; BATISTA; CRUZ, 2007). Essa situação contribuiu para a exclusão dos negros do mercado de trabalho e para a limitação do acesso à educação em uma sociedade onde o acesso à educação era restrito às elites.

Durante o período colonial e, posteriormente, após a abolição da escravatura no Brasil, não houve apenas uma falta de acesso à educação para os negros, mas sim uma total exclusão do grupo da educação formal. O acesso à escola era restrito para pessoas negras, de modo que muitas leis foram criadas para proibir a educação desses indivíduos. Esse cenário perpetuou a desigualdade social e racial no país, uma vez que a educação é fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional de qualquer indivíduo. A exclusão dos negros da educação formal contribuiu para que essas pessoas fossem impedidas de ocupar posições de poder e de influência na sociedade, o que perpetuou o racismo e a desigualdade social. Somente com a luta de movimentos sociais e ações afirmativas nas últimas décadas é que começamos a ver uma mudança na inclusão de negros no sistema educacional formal do país. Segundo a pesquisadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, “a proibição de ensino para negros, como tantas outras formas de violência, era institucionalizada, legalizada, socialmente construída e legitimada” (SILVA, 2011, p. 74). Isso mostra como a exclusão do grupo da educação formal não foi apenas uma consequência da falta de recursos ou da falta de interesse, mas sim uma prática sistemática de discriminação e marginalização, que perpetuou o racismo e a desigualdade social no país.

O racismo se estabelece na fundamentação da crença da existência de “raças” hierarquizadas dentro da espécie humana - raças superiores e raças inferiores. Tal crença justificou, por muito tempo, atrocidades que foram cometidas contra a humanidade, como o antissemitismo, o nazismo, o apartheid e a escravidão. É importante destacar que todas as atrocidades cometidas ao longo

da história da humanidade são inaceitáveis e não devem ser relativizadas. No entanto, é possível identificar hierarquias de atrocidades, que se referem à extensão e à gravidade das violações dos direitos humanos em diferentes contextos históricos e sociais. Quando se trata de antissemitismo, nazismo, apartheid e escravidão, essas são formas de opressão que foram historicamente arraigadas em sistemas políticos e sociais que foram responsáveis por perpetrar imensas violações de direitos humanos. A escravidão foi uma prática histórica que negou a humanidade de milhões de pessoas ao longo de três séculos, tirando-lhes a liberdade e submetendo-as a condições desumanas. É importante enfatizar que todas essas formas de opressão deixaram legados dolorosos que afetaram e continuam afetando as vidas de muitas pessoas. Sendo assim, independentemente da sua classe social, ser negro hoje é ser excluído e marginalizado numa sociedade em que o racismo estrutura as relações (MUNANGA, 1986).

Com o objetivo de estabelecer a igualdade de oportunidades, defender os direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e combater a discriminação e as demais formas de intolerância étnica, foi criada a Lei Nº 12.288, que em seu artigo 2º do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010, n. p.) institui:

É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

No entanto, a realidade presente demonstra não haver esta igualdade. Apesar de ter as leis antirracistas e implantação de cotas raciais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi somente no ano de 2018 que pretos e pardos se tornaram maioria no ensino superior da rede pública do País (50,3%). Entretanto, seguiam sub-representados, visto que constituíam 55,8% da população. Além disso, na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua realizada em 2016, e divulgada em 2018 pelo IBGE, há um disparate ainda maior com relação ao percentual de mulheres pretas e pardas, apenas 10,4% concluem o ensino superior, uma diferença exorbitante comparada a mulheres brancas (23,5%) que é mais do que o dobro do calculado, isto é, duas a três vezes maior.

Contudo, a exclusão racial na infância é uma realidade para muitas meninas negras, que são frequentemente vítimas de discriminação e preconceito na escola e na sociedade em geral. Estudos indicam que elas são mais vulneráveis a sofrerem bullying e exclusão social do que outras crianças (MARTINS, 2016). Essa exclusão pode ter um impacto significativo em sua autoestima e autoimagem, afetando seu desenvolvimento emocional e social. É importante que sejam criados espaços seguros para que as meninas negras possam se sentir acolhidas e valorizadas em sua identidade étnica e cultural, e que a sociedade como um todo se conscientize da necessidade de combater o racismo e a discriminação em todas as suas formas, desde a infância.

Martins (2016) aponta que a exclusão racial na infância pode ser particularmente danosa para meninas negras, uma vez que elas são frequentemente confrontadas com estereótipos e preconceitos em relação à sua aparência e comportamento. Além disso, elas podem sentir-se desencorajadas a buscar seus objetivos e sonhos, acreditando que não têm valor ou capacidade

devido à sua cor de pele. É fundamental, portanto, que sejam criados espaços seguros para que essas meninas possam se expressar livremente e ser valorizadas em sua individualidade, para que possam crescer com autoestima e confiança em si mesmas. A sociedade, por sua vez, precisa se conscientizar da necessidade de combater o racismo em todas as suas formas, a fim de garantir que todas as crianças, independentemente de sua cor de pele, tenham acesso igualitário a oportunidades e possam desenvolver todo o seu potencial.

A partir de então, se reconhecer negra transforma-se em tabu, têm, portanto, a necessidade de embranquecer. A jornada para o distanciamento deste “ideal” é dura e complicada. Silva (2000) atribui esse processo de identidade como uma forma de situar-se no mundo; é percebendo o “não-eu” que o indivíduo compreende sua distinção, assim, dizer ser negro significa que o indivíduo afirma não ser branco, percebendo a sua própria identidade.

Segundo Ângela Davis, a identidade não é algo fixo ou estático, mas uma construção social e histórica que está em constante mudança e transformação. Ela argumenta que a identidade é influenciada pelas formas como os indivíduos são percebidos e tratados pela sociedade, e como eles se relacionam com as estruturas de poder e opressão. Davis também destaca a importância de se considerar as experiências e as lutas coletivas dos grupos marginalizados na construção da identidade. De acordo com ela, “A identidade é um processo em constante evolução, influenciado pelas formas como somos percebidos e como percebemos a nós mesmos em relação ao mundo ao nosso redor” (DAVIS, 2016, p. 32).

Logo, é um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Os traços culturais marcam referências da condição humana, que se expressa nos rituais, práticas linguísticas, comportamentos alimentares e tradições. Segundo González Rey, “a cultura é uma dimensão inerente à subjetividade humana, que se constitui e se desenvolve em um contexto sociocultural determinado” (GONZÁLEZ REY, 2015, p. 7). Ele defende que a cultura é fundamental na constituição da subjetividade humana e na formação de nossas identidades individuais e coletivas, influenciando nossa percepção do mundo e de nós mesmos, além de moldar nossas formas de pensamento e comportamento.

Para González Rey, a cultura não é um elemento externo ao indivíduo, mas sim uma parte integrante de sua vida cotidiana e de sua experiência emocional e social. Ele destaca que a cultura é composta não apenas de valores e crenças, mas também de práticas sociais e instituições que estruturam as relações sociais.

Portanto, a cultura é vista por González Rey como um fator determinante na formação da subjetividade e na compreensão das experiências humanas, sendo fundamental para a construção de identidades individuais e coletivas. A compreensão da cultura e suas implicações nas vidas das pessoas é essencial para a psicologia e outras ciências sociais (GONZÁLEZ REY, 2015). Desse modo, como em outras maneiras identitárias, a identidade negra se edifica progressivamente, desde as primeiras relações no grupo social mais próximo, numa ação que envolve incontáveis variáveis, causas e efeitos, desde as relações primárias determinadas no grupo social mais íntimo, no qual a comunicação pessoal se estabeleceu nos primeiros ensaios de uma futura visão de mundo.

Frequentemente este procedimento se inicia na base familiar e vai formando ramificações e desenvolvimentos a partir de outras relações que o sujeito estabelece (GOMES, 2005).

Silva (2017), descreve este processo como árdua a construção positiva da identidade negra numa sociedade onde é incentivado negar a si mesmo para ser aceito. No Brasil, a edificação de uma identidade racial se deu de uma maneira singular e, até atualmente, permanece vulnerável e frágil, possibilitando o estudo do tema que se mostra altamente complexo, envolvendo questões históricas e sociológicas. Desta forma, o colorismo, dentro dessa perspectiva, surge como mais uma particularidade da discriminação racial, tentando, mais uma vez, categorizar as pessoas pela cor da pele, no qual, quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as possibilidades de sofrer exclusão em sociedade. Com a finalidade de enquadrar-se em um ideário branco, tornou-se comum na comunidade negra modificar os cabelos e a pele, fazendo o possível para “melhorar” a aparência e fazendo-se passar pelos brancos. Este comportamento, foi alívio para alguns negros, porém, significava sujeição e humilhação para outros que não aprovavam tais atitudes e nem que suas características fossem alteradas por algum tipo de disfarce para se parecer com a branquitude (SILVA, 2017).

A partir disto, necessita-se ressaltar o peso maior imposto à mulher negra neste sistema. Mesmo o racismo estando presente tanto para homens quanto para mulheres, há uma clara distinção entre eles. A mulher negra ocupa a base da pirâmide social. Termo este utilizado porque é a base que sustenta o esqueleto capitalista, racista e sexista. Ou seja, tudo desmoronaria se não fosse pela mão de obra barata e pelos abusos que ela sofre (RODRIGUEZ, 2016). É justamente esta que sofre os efeitos da culpabilidade branca, porque ela sobrevive na base da prestação de serviços, enfrenta os desafios familiares praticamente sozinha, enquanto os homens da sua vida, seus irmãos, filhos, marido são objeto de perseguição policial sistemática. Mesmo quando a mulher negra é de classe média enfrenta discriminação, não adianta ser “educada” ou estar “bem-vestida”, de “boa aparência” (atributos estes associados a mulheres brancas); os porteiros obrigam a mulher negra entrar pela porta de serviço, só pode ser “doméstica”, logo, entrada de serviço (GONZALEZ, 1984).

Para Collins (2000), existem no corpo social marcas do racismo e sexismo. Segundo Davis (2016), o racismo é um sistema político e social que se fundamenta na crença na inferioridade de determinadas raças em relação a outras, visando à manutenção do poder e da opressão de grupos privilegiados. Davis afirma que o racismo se manifesta de diversas formas, desde a discriminação e violência física até a exclusão social e o acesso limitado a recursos e oportunidades. Já o sexismo é uma forma de discriminação baseada no sexo ou gênero que se manifesta em diversas esferas da vida, como no trabalho, na educação e na cultura. Segundo Scott (1995), “o sexismo é a crença na superioridade inata de um sexo sobre o outro e, portanto, no direito de dominar” (p. 5). Ambas são causas de dominação que se descrevem por opressões que se intersectam.

Essa intersecção é conceituada pela autora Akotirene (2015) como a “maneira complexa pela qual a raça, classe, gênero, sexualidade, habilidade e outros eixos identitários se interconectam e se sobrepõem em diferentes contextos sociais, políticos e culturais, criando experiências únicas de opressão e privilégio para diferentes indivíduos e grupos”. Segundo ela, a interseccionalidade é uma abordagem que reconhece as múltiplas formas de opressão e privilégio que afetam a vida das

peças e busca compreender as relações de poder e hierarquias que se estabelecem a partir da interação desses eixos identitários.

Akotirene destaca que a interseccionalidade é uma ferramenta importante para a análise e o combate às desigualdades sociais e às formas de opressão que afetam grupos marginalizados. Ela afirma que a interseccionalidade permite compreender as experiências específicas de cada indivíduo e grupo, e promove uma visão mais completa e integrada das dinâmicas sociais e políticas que afetam as pessoas em diferentes contextos e situações (AKOTIRENE, 2015).

Neste seguimento, um padrão de que mulheres negras sofrem dupla ou tripla discriminação, é inapto compreender estas interconexões entre formas distintas de opressão se influenciam mutuamente. É preciso ter em mente, de acordo com Collins (2000), que gênero, raça e classe social são sistematizações distintas de opressão subtendidas à única estrutura de dominação.

Como resultado destas representações sociais que perpassam gênero e raça, a mulher negra tem sua imagem marcada ao mercado do trabalho e do sexo, encontrando-se fora do mercado afetivo. Em contraposição, as mulheres brancas pertencem ao casamento, a cultura do afetivo. A cor da pele, as características fenotípicas e corporais são o conjunto de fatores que regulam esta escolha (PACHECO, 2013). Além de ser considerada Hiper sexual, é imposto a mulher negra um discurso masculinizado: mulher forte, no mesmo nível do homem negro, mais forte que a mulher branca (FERNANDES, 2016). Uma representação deste funcionamento é na metáfora trazida por Zanella (2017, p. 05), denominada de “prateleira do amor”:

Essa prateleira é regida por um ideal estético (que vem se construindo desde o começo do século passado) marcado pela característica de ser branco, louro, jovem e magro. Quanto mais distante desses ideais, maior o impacto sobre sua autoestima e maiores as chances de se sentir “encalhada” na prateleira, ficando em posições mais desfavoráveis na mesma. As mulheres negras são as mais afetadas nesse dispositivo, pois na configuração cultural das preferências afetivas, são as mais preferidas, em função do racismo.

Um estudo de Zanella (2021) discute a prateleira do amor a partir da perspectiva de pessoas negras que se sentem excluídas por não se enquadrarem nos estereótipos raciais valorizados pela sociedade. Segundo a autora, a prateleira do amor é uma forma de violência simbólica que afeta negativamente a autoestima e a saúde mental das pessoas negras. Além disso, ela destaca que a prateleira do amor não se limita às relações amorosas, mas também afeta a vida profissional e social dos indivíduos negros, que muitas vezes são preteridos em detrimento de pessoas brancas com menos qualificações ou habilidades.

Zanella aponta para a necessidade de desconstruir a prateleira do amor e construir relações mais igualitárias e respeitadas, baseadas em valores e virtudes individuais, independentemente da cor da pele (ZANELLA, 2021) e está ancorada na ancestralidade e na luta pela liberdade e igualdade, que se manifesta em diversas dimensões da vida social, como na cultura, na religião e nas lutas políticas”. Nesse sentido, a valorização da cultura negra e o resgate da história dos ancestrais são fundamentais para a construção de uma autoestima positiva e resistente, que possa enfrentar as opressões e desafios impostos pelo racismo e outras formas de discriminação. A prateleira do amor é mais uma forma de violência simbólica que atinge as pessoas negras, reforçando a ideia de

inferioridade e exclusão social. É preciso, portanto, desconstruir essa prática e construir relações baseadas na valorização mútua e na igualdade de oportunidades.

Segundo Davis (2016), a autoestima é fundamental para a luta contra o racismo e outras formas de opressão. Para a autora, a autoestima é a base para a formação de uma consciência crítica e para a resistência às injustiças e desigualdades. Davis destaca que a autoestima é influenciada pelas relações sociais e pelas formas como os indivíduos são tratados e percebidos pela sociedade em que vivem. Portanto, é importante que a luta contra o racismo inclua também a promoção da autoestima e do empoderamento dos indivíduos negros, para que possam resistir aos efeitos danosos do racismo em suas vidas. (DAVIS, 2016).

Quando valorizamos as características de um povo, quando respeitamos e consideramos as suas qualidades, a cultura e seus direitos, o ambiente acaba se tornando propício para que a autoestima se manifeste. Os ancestrais negros foi o ponto de referência para aquilo que chamamos de resistência que como consequência constrói também a autoimagem (JULIO, 2011). Segundo Nascimento (2003, p.40) traz a ideia afirmando que: “A identidade de resistência, talvez o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade, é criada por atores pertencentes a grupos desvalorizados ou estigmatizados pela lógica da dominação”. Ainda segundo Nascimento (2003, p. 28), “O desenvolvimento da autoestima e a elaboração de identidades positivas por parte de indivíduos discriminados”, colabora para a formação de espaços de efetiva cidadania. De acordo com a autora, identidade é algo que acontece tanto no íntimo de sua alma quanto em suas representações sociais na sua cultura coletiva. Por essa razão, é possível proferirmos num processo de autoestima, que se dê, no sujeito, como resultante de fatos que se deem também no coletivo, no que podemos chamar de identidade racial.

A pergunta norteadora deste estudo é: Quais são os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra universitária? Por conseguinte, este artigo tem por objetivo analisar a autoestima de mulheres negras universitárias, compreender o que significa racismo para as mesmas e descrever experiências de racismo e suas consequências na autoestima destas. O que justifica este estudo são as manifestações do racismo estrutural que imperam na sociedade brasileira, a violência que ocorre contra os corpos, a cultura, a religião, a fala e todas as questões que advém do povo negro; em pleno século XXI depararmos cotidianamente com casos de racismo, portanto, enquanto o racismo não for combatido, fazer pesquisas e abordar este assunto nunca será saturado, principalmente quando a violência é cometida contra mulheres negras. Desta forma, faz-se necessário ressaltar o interesse despertado sobre o tema a partir de vivências de uma das acadêmicas, onde teve a autoestima abalada em decorrência do racismo.

MATERIAIS E MÉTODO

Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, do tipo descritiva, com base em entrevistas e no método photovoice. Foi realizada com 10 mulheres negras acadêmicas, com a faixa etária entre 19 e 26 anos. As participantes foram selecionadas a partir do método de seleção por

conveniência e com base em sua autodeclaração, ou seja, pretas e pardas (correspondente à classificação do IBGE).

A coleta de dados foi realizada através da entrevista semiestruturada que é apoiada em teorias e hipóteses relacionadas ao tema estudado, que surgem a partir de questionamentos básicos, possibilitando à medida que recebem as respostas dos informantes, novas indagações. Deste modo, o investigador e informante trabalham em conjunto na elaboração da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). E o método photovoice, onde os participantes são os próprios autores das fotografias, encontrando significados e sentidos no que está registrado em imagens, possuindo um momento de análise e reflexão. O Photovoice se diferencia dos demais métodos por causa disso. O registro é feito pelos próprios participantes da investigação, e não por outros (Meirinho, 2017). Desta maneira, mesmo que o sujeito não saiba ler ou escrever, o investigador pode adentrar a perspectiva dos grupos vulneráveis, pois basta que saibam fotografar (Santos, Lopes & Botelho, 2018 *apud* SÁ; COSTA; MOREIRA, 2021).

Todas as colaboradoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de iniciar a pesquisa. As entrevistas ocorreram de modo individual, de forma virtual, através da plataforma GoogleMeet. Em seguida, o método Photovoice foi aplicado, as participantes foram divididas em dois grupos de 5 mulheres, ocorrendo a execução em dois encontros de 40 a 50 minutos cada, sendo o primeiro encontro para interação entre elas e apresentação do método, e o segundo para apresentação das fotografias registradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender e tratar e interpretar os dados obtidos a partir da entrevista e do método photovoice, foi utilizado o método de análise temática-categorial de Bardin.

A análise temática foi realizada em três etapas: Pré-análise - identificação das fotografias discutidas, ordenando os objetivos de pesquisa; 2. Exploração do material - reconhecimento das fotografias levando em consideração as imagens e o que transparecem e a designação de motivações das colaboradoras; 3. Tratamento dos dados e interpretação – foram considerados os registros que transpassaram as incumbências cotidianas trazidas pelas colaboradoras e abordaram de maneira objetiva a experiência do racismo.

Por motivos éticos, todos os nomes foram substituídos por fictícios, deste modo não possibilitando nenhuma identificação das participantes. Além disso, as falas foram transcritas de modo literal, não havendo nenhuma correção.

1.1. SER MULHER NEGRA

Ser mulher negra no Brasil significa enfrentar uma série de desafios e opressões decorrentes da interseccionalidade entre raça e gênero. De acordo com Akotirene (2015), a mulher negra é uma das principais vítimas do racismo e do sexismo na sociedade brasileira, sendo frequentemente marginalizada e submetida a violências e discriminações. Além disso, a autora destaca que as mulheres negras são frequentemente invisibilizadas nas discussões sobre feminismos, ficando à margem das lutas e conquistas das mulheres brancas.

Nesse sentido, é importante destacar que a mulher negra no Brasil enfrenta uma série de desafios em sua vida cotidiana. Desde a infância, ela é exposta a estereótipos racistas e sexistas que a inferiorizam e a tornam alvo de discriminação. Na escola, muitas vezes é tratada de forma diferente pelos professores e colegas, sendo excluída e sofrendo com a falta de representatividade na educação. No mercado de trabalho, as mulheres negras enfrentam dificuldades para conseguir empregos, além de receberem salários mais baixos do que os homens brancos e as mulheres brancas.

Além disso, a mulher negra é frequentemente alvo de violências físicas e simbólicas, como o racismo e o assédio sexual. Segundo Akotirene (2015), a cultura do estupro e do feminicídio atinge de forma ainda mais severa as mulheres negras, que sofrem com a naturalização da violência em suas vidas. A autora destaca ainda que a luta das mulheres negras por seus direitos e sua visibilidade tem sido histórica, como nos movimentos abolicionistas e pelos direitos civis.

Portanto, ser mulher negra no Brasil é enfrentar um contexto de desigualdades e opressões que afetam diretamente sua vida e sua identidade. A luta das mulheres negras por igualdade e respeito é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de discriminações e violências.

Ser negro é [...] tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (SOUZA, 1990, PP.77).

Este vir a ser é ilustrado na fala de uma das participantes, quando:

(...) até alguns anos atrás, reforço a ideia de que pra mim não significava nada, sou só mais uma pessoa, de uma cor diferente de uma pessoa que é branca (...) E aí você começa a ver, a perceber, que isso significa que você precisa se esforçar um pouco mais, não deveria ser assim, mas significa ter que se provar a todo momento, de onde eu vim, quem eu sou, esse espaço também é meu, eu também posso estar aqui, eu também posso fazer a diferença, não importa a forma como me olha, ou se eu sou ou não bem-vindo aqui, mas eu faço parte dessa sociedade, então, se tornou, e significa ter que lutar mais por algo que não deveria ser assim (...) ser essa mulher preta significa que ter que me firmar e me afirmar, e dar mais de mim todo o tempo, acho que é isso, mais força também, né? Eu acho que acaba

trazendo para mim forças, assim, no sentido de que vou provar que eu sou forte, sim, para isso. (Marta)

Tal desejo de reafirmação parte da experiência racista que perpassa a constituição do simbólico da mulher negra sobre o sentimento de inadequação. Como reverberado por Nogueira (2021, p. 79), “o sentimento de nunca sermos bons nas relações ou funções sociais por nós assumidos: não basta sermos bons, temos que ser os melhores e exemplares”. Deste modo, Laura declarou sobre ser mulher negra:

Que eu preciso ser muito mais esforçada, que eu preciso ser melhor de todas as formas, eu penso que não melhor que os outros, né? Na verdade, assim, me destacar de alguma forma, como se o peso nas costas fosse dobrado, sabe? Que eu tivesse que me esforçar o dobro para passar mais credibilidade, talvez... principalmente na minha área, eu faço odontologia, e é um curso muito elitizado, que você não percebe tantas pessoas pretas, tantas meninas negras e meninos também, e de fato você percebe mesmo que você precisa ser melhor. (Laura)

Nogueira (2021, p. 79) continua afirmando que estas aspirações representam para o negro “a impossível superação do incômodo de sermos portadores de um corpo negro”. Há, portanto, esta busca incessante ao ideal do corpo branco, tendo de compensar essa não realização que o faria pertencente. Como destacado na fala seguinte:

Por ser mulher, por ser preta, tipo, eu me sinto um pouco “gordinha”, então, por ser gorda também é um fator a menos na aceitação (...) eu sinto um peso muito grande nas minhas costas de ter que compensar todos esses fatores “negativos” que a sociedade impôs para a gente, tendo que dar o dobro, sabe? Tem que ser realmente o melhor para que as pessoas esqueçam o outro lado da nossa cor, do nosso cabelo. (Amélia)

1.1 RACISMO

O racismo pode ser explicitado no olhar, na fala, no menosprezo das pessoas marcado pelo descaso e indiferença, o que acaba inviabilizando ações, imobilizando aquele que é seu alvo. A instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. A trajetória escolar aparece como um importante momento no processo de construção da identidade negra e, lamentavelmente, reforçando estereótipos e representações negativas sobre esse segmento étnico-racial e o seu padrão estético (GOMES, 2002). O cotidiano escolar, ao não possibilitar a construção da autoestima, da negritude e do conhecimento da história das

populações africanas e afro-brasileiras, reforça a violência constante do racismo, contribuindo para a invisibilidade do negro para si próprio e para o outro (CAVALEIRO, 2005; *apud* BERNADO; MACIEL, 2015). A escola acaba sendo o primeiro ambiente de socialização causador de sofrimento como consequência do racismo. Desta maneira, metade das participantes declararam já terem sido atingidas desta forma na escola, uma delas foi a Cármen, que desabafou:

(...) a gente sofria muito bullying pela cor, pelo cabelo, me chamavam de 'tufão preto, sabugo preto, tição preto', então sempre teve essas denotações porque eu era Negra, era baixa e tinha o cabelo diferenciado, cabelos crespos, então, era 'formiguinha', esses eram os apelidos que eu levava todos os dias na escola. Então, desde a minha infância até o ensino médio ainda tinha muito isso, ainda sofria muito isso. (Cármen)

No entanto, a violência racista não para na escola. Ao entrarem nas universidades as mulheres negras continuam sofrendo, e a estética permanece sendo o principal alvo. De acordo com Queiroz (2019), tais comportamentos podem ser danosos para a saúde mental de muitas mulheres negras, que são abaladas da infância a fase adulta, ocasionando na luta das mulheres negras para encontrar-se com seu pertencimento racial. No Brasil, ter o cabelo crespo ou cacheado é ser alvo de comentários indelicados, negativos, propagandas e piadas racistas. A mulher negra internaliza imagens subjetivas associadas a propagandas e comentários a respeito de si mesma, chegando à conclusão de que o seu cabelo não é bonito como o que vê nas Mídias, nas revistas, nas prateleiras de lojas de cosméticos e, conforme o meio social em que esta mulher está inserida (QUEIROZ, 2019). E ao serem inseridas no meio acadêmico, tais comentários reforçam este estereótipo, como é demonstrado no relato de Amélia:

Uma vez eu estava com um coque afro alto, eu me sentei na frente nesse dia, e era um seminário, um filme, alguma coisa assim, daí ele (colega de turma) olhou, ele meio que falou assim: 'Abaixa esse cabelo, abaixa essa vassoura' alguma coisa assim que ele falou, daí ficou na minha cabeça. (Amélia)

Ademais, estas situações não se limitam a apenas estudantes. Neste quesito, as docentes também viram alvo, refletindo diretamente na autoestima das discentes negras que acompanham de perto, como é o caso da Laura:

(...) eu tenho uma professora de cirurgia e dentística, e ela é negra, e eu tinha reparado como meus colegas não dão tanta credibilidade para ela quanto dá a outra professora, pelos comentários, assim, sempre falavam mal de como a forma que ela procedia era muito rígida, em alguns momentos debocharam das características dela, no momento eu não me toquei, eu pensei que era só de zoação mesmo, sabe? Porque estavam irritados com a professora, mas depois eu reparei. Poxa, por que tocaram logo no ponto? Porque foi logo do nariz dela, sabe? por que que não deu tanta credibilidade assim para ela? a gente pensa que não, mas

depois a gente vai ligando os pontos (...) eu fico me sentindo mal, é como se fosse eu, e eu fico me perguntando, não tem muita diferença aqui, eu poderia estar lá no lugar dela, e eu penso até em seguir essa carreira de docência e tal, e eu me preocupo, fico com medo também de, poxa, será que, como que vão pensar... Será que eu vou ter que estudar tanto para não me darem tanta credibilidade assim? Será que vale a pena? Obviamente que vale, mas tem que ter muita personalidade, tem que estar muito certa de quem você é, o que você quer. Até nisso a gente precisa ser muito mais forte do que a maioria. (Laura)

Mesmo assumindo um nível elevado dentro do âmbito acadêmico, ocupando este lugar em que não aceitariam as/os afrodescendentes, visto que cultural e historicamente existe toda uma narrativa fundada na comunidade ocidental que confere aos negros a insuficiência de competência intelectual e de desenvolvimento (MUNANGA, 2004). Embora, a mulher negra permanece sendo invalidada, a ela nunca foi permitido ser fraca. Desde o período escravista teve de manter-se forte, em manutenção do sistema. De acordo com Munanga (2004), como resultado, a todo o instante sujeitos negros têm de comprovar que são aptos de praticar a função estabelecida.

1.2 AUTOESTIMA

Como aponta Sousa (1983), desde o instante em que o negro se torna consciente do racismo, seu psiquismo é conhecido com o selo da perseguição pelo corpo-próprio. A partir daí, o indivíduo vai observar, controlar e vigiar este corpo que se confronta com a construção da identidade branca que ele foi imposto a desejar. A amargura, desespero ou revolta consequências da diferença em relação ao branco vão equivaler em ódio ao corpo negro. Podemos observar na fala da Ester que trouxe de forma significativa através do método photovoice:



Figura 1 (Foto: Ester)

Por um tempo na minha vida (...) eu lembro que eu não gostava muito da minha boca, achava ela muito grande, costumava brincar, (...) se eu usasse um batom forte, eu sempre falava: 'não uso batom forte porque isso na minha boca vai chegar primeiro nos lugares do que eu'. É... não gostava, às vezes eu fazia coisas, assim, para disfarçar, tentava disfarçar na hora de tirar foto (...) os lábios carnudos, a mulher mais sexualizada, mais sedutora, e era muito atrelado a isso os comentários que eu ouvia, né? e de certo modo me incomodava um pouco também (...) (Ester)

Nas palavras de Souza (1983), o relato da ascensão social do negro brasileiro é, desse modo, o relato da semelhança aos padrões brancos de relações sociais. É o relato da conformidade ideológica de uma reserva racial em acompanhamento de outro que se lhe faz fundamental. É o relato de uma identidade abdicada, em atenção à situação que definem o valor do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação. A participante continua seu relato reconhecendo seu processo de aceitação através da valorização de sua característica na branquitude:

(...) até que começaram a fazer gloss e brilho, batons, e essas coisas assim, que tinha o efeito de deixar a boca maior, de deixar o bocão (...) daí isso foi mudando na minha cabeça, a questão de que, olha só: eu não preciso fazer isso porque eu já tenho a minha boca desse tamanho!

(...) agora me aceito, agora eu adoro minha boca, tudo o que eu puder fazer para deixá-la em evidência, eu faço, gosto muito. Só que essa aceitação ela não foi algo meu, algo particular, de falar assim: 'olha, eu tenho e gosto, e é assim mesmo, e tal', mas algo do tipo: as outras mulheres também querem, elas exigem ter algo o que eu tenho, elas valorizam algo que eu tenho, né? (...) (Ester)

Encontramo-nos, conseqüentemente, em um ponto de apreensão. É dela que surge um modelo de beleza corporal real e um perfeito. No Brasil, esse modelo perfeito é branco, mas o real é negro e mestiço. O cuidado oferecido ao cabelo é possível perceber uma das formas de expor essa apreensão. O conhecimento ou o disfarce desse conflito, existente na beleza do corpo negro, marca a vida e a trajetória dos indivíduos. Por esse motivo, para o negro, a interferência no cabelo e no corpo é mais do que um problema de vaidade ou de tratamento estético. É identitária (GOMES, 2002).

Com a quantidade de críticas e desaprovações, a mulher negra poderá vir a alisar seus cabelos, fazer procedimentos químicos que possam causar reações alérgicas, queda e quebra de cabelo, corte químico entre outros efeitos os quais podem ser maléficis à sua saúde, tanto física quanto psicológica, pode-se observar esses efeitos na autoestima destas mulheres, através de seus relatos referentes às suas experiências com os seus cabelos crespos/cacheados (QUEIROZ, 2019). Como uma das participantes explicita na aplicação do método photovoice:



Figura 2 (Foto: Liz)

(...) eu alisei o meu cabelo porque eu queria ser parecida com as outras mulheres, meu cabelo é muito bonito, mas eu queria me encaixar, então o que que eu fiz? Alisei! Agora, depois de dez anos, me arrependi, estou tendo que passar por esse processo todo de novo (...) (Liz)

Segundo Munanga (2012), a recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade. E a partir do momento que uma mulher se reconhece desta maneira, se torna inspiração encorajando outras a deixarem o alisamento, é possível que elas compreendam, assim, o quanto os cabelos crespos são lindos, dignos de serem livres de químicas (QUEIROZ, 2019). A fala de Maria reflete isso:

Quando eu entendi que eu tinha que aceitar o meu cabelo (...) nesse processo, você não tem ideia o tanto de meninas, mulheres, que se sentiram motivadas com a transição e passaram, muitas! da minha família, assim, foram umas cinco (...) esse processo foi transformador, é como se saísse de uma fase de libertação mesmo. (...) sobre o meu cabelo, que ele é símbolo mesmo da pessoa que eu sou hoje, então, quando eu não o aceitava, eu negava tudo mais em mim, e quando eu comecei a aceitar o meu cabelo, eu aceitei também tudo mais em mim. (Maria)

Muitas vezes, mesmo ocorrendo esta aceitação, as mulheres negras trazem em sua estrutura física os impactos da crueldade racista que se mostra nas adversidades de experienciar e expor o amor nos âmbitos de seus relacionamentos afetivos ou familiares, implicando a sua autoestima (BELL HOOKS, 2006 *apud* ROSA; ALVES, 2020). Ou seja, além do racismo afetar a sua autoestima com relação ao seu próprio corpo, afeta também as suas relações. Quando perguntada sobre isso, a participante Marta enfatizou:

Já afetou sim, porque você começa a pensar assim: qual é o problema em mim? o que que eu não tenho que todo mundo tem? (...) eu tive um "crush" em alguém, e esse menino era branco, eu nunca fiz diferenciação, onde que eu vou namorar só com preto ou namorar só com branco, não sou esse tipo de pessoa, mas era

uma questão mútua, mas surgiu um terceiro elemento no meio, e esse terceiro elemento era branco, (...) era uma menina branca, dentro dos padrões de alguém que é branco, e quando eu parei eu olhei assim, a primeira coisa que veio na minha cabeça foi: será que por alguma razão, por eu ser preta, essa pessoa deixou de gostar de mim pra gostar de uma outra pessoa? (Marta)

Este sofrimento advém da solidão da mulher negra. Ainda não houve a desvinculação na sociedade da visão em que a negra é escrava sexual ou serviçal. Desta forma, a mulher negra tem sua imagem associada a erotização, escravização e prostituição, não estando vinculada à afetividade. Enquanto a mulher branca, encontra-se como ideal para o casamento, aliado à sua exaltação (CARNEIRO, 1995). À vista disso, tanto homens brancos, quanto homens negros em ascensão, que buscam essa diferenciação social, procuram relacionar-se com mulheres brancas, colocando as mulheres negras fora desta cota.

1.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Quando uma mulher negra preenche um espaço público como a universidade – até ao momento com domínio de indivíduos brancos, sejam homens ou mulheres –, desencadeia o interesse e o encorajamento para as demais da mesma forma adentrarem nesse espaço. A expressão “uma sobe e puxa a outra” – usufruída pelo movimento de mulheres negras brasileiras – amplia na percepção de gerar sistemas característicos para proporcionar o ingresso de outras negras. Diz respeito a incentivar no trabalho representativo de transformação no modo como cada sujeito vai se ver nessa proporção de possibilidades e benefícios, de modo a induzir as escolhas e as preferências profissionais. Refere-se de uma maneira de unir esforços no combate à solidão que o racismo diariamente as fez experimentar nos ambientes profissionais (SILVA e EUCLIDES, 2018). Ao trazer a foto proposta no método photovoice, Clarice demonstrou perpetuar este desejo:



Figura 3 (Foto: Clarice)

Eu quis trazer mais no contexto da pandemia (...) muita gente saiu da faculdade, trancou os cursos, e assim, de grande maioria, a gente negra, então a gente está aqui já significa alguma coisa, né? (...) a representatividade que a gente pode ter para as pessoas que ainda estão querendo seguir este caminho, porque a gente sabe que antes somente gente rica e branca ia para faculdade, e agora a gente está aqui (...) a gente pode ser referência, né, para quem está mais para frente querendo seguir esse caminho da psicologia, da odontologia, da medicina (...). (Clarice)

Como estratégia de enfrentamento, estas mulheres perceberam a importância de ser representatividade e resistência, sendo resistência aqui a ocupação nas universidades:

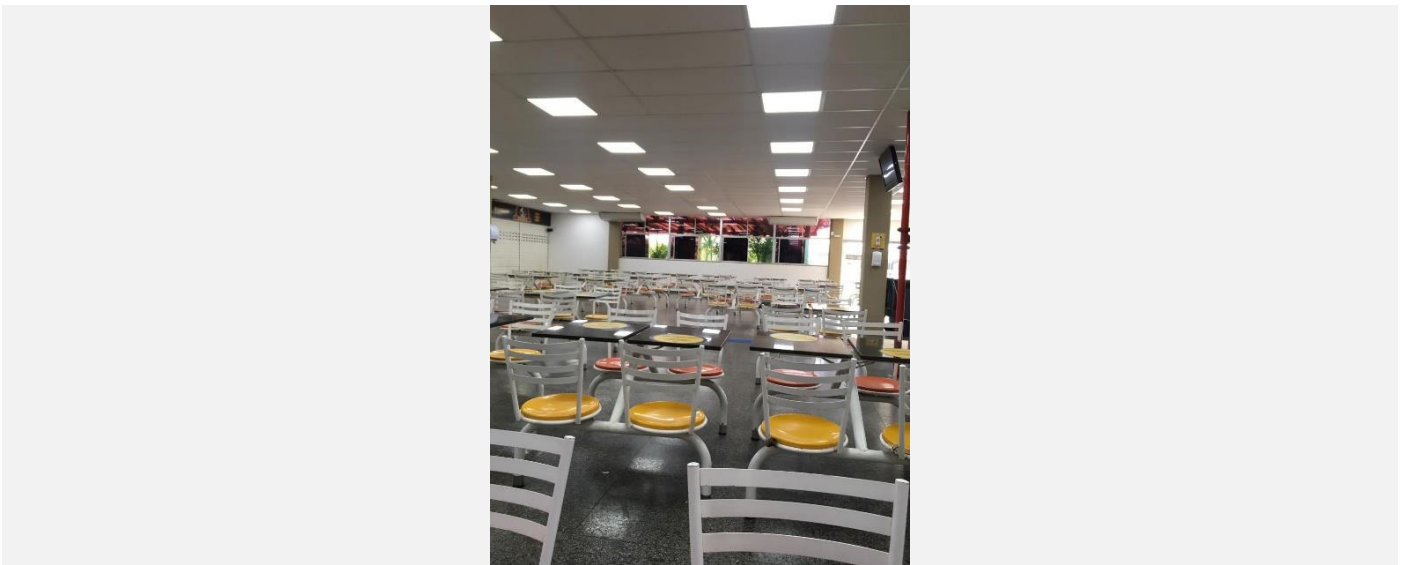


Figura 4 (Foto: Laura)

(...) só tinha eu no refeitório, e eu estava ali tomando meu suco de morango e olhando essas cadeiras brancas que por coincidência são cadeiras brancas, e naquele momento veio um Insight assim, e eu fiquei: nossa, é isso! eu gelei sozinha naquele refeitório, e é exatamente assim que eu enxergo a presença de mulheres negras, principalmente nesse contexto, né, universitário, e na minha área que é odontologia, muitas vezes eu me sinto sozinha e não representada, e eu acho que se resume a isso: ocupar espaços, né? Equilibrar a balança, ter representações, e ser competente no que eu faço, sabe? Enfim, ocupar espaços, se resume exatamente isso, sem mais: ocupar. (Laura)

O discurso trazido por Clarice e Laura representa de modo fidedigno aquilo que Souza (1983) já havia colocado:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar em suas potencialidades. Aqui esta experiência é a matéria-prima. É ela quem transforma o que poderia ser um mero exercício acadêmico, exigido como mais um requisito da ascensão

social, num anseio apaixonado de produção de conhecimento. É ela que, articula com experiências vividas por outros negros e negras, transmutar-se-á não saber que – racional e emocionalmente – reivindico como indispensável para negros e brancos, num processo real de libertação. (Souza, 1983, p. 18)

Desta forma, a resistência da mulher negra surge em todos os âmbitos fáticos. No tempo em que escravizadas, a procura da sua independência e a do seu povo, como fugitivas; por meio da potência bruta, em conflitos e combates, ou por meio das fugas, abrindo caminho para os seus. Adentro de seus familiares trazendo o equilíbrio dos trabalhos, dentro da sua comunidade instruindo seu povo a ser livre por meio do conhecimento (DAVIS, 2016). De todas as maneiras a mulher negra busca o seu lugar e resiste:

(...) da mesma forma que eu tenho (uma) professora só, preta, e ela para mim é uma referência, eu a acho uma mulher incrível, (...) eu sinto que eu também preciso estar um dia na cadeira de um consultório e atender uma menina que vai ter o cabelo igual o meu, e ela vai entender que ela também pode estar no mesmo lugar que eu, eu quero um dia ser essa referência também para alguém. (...) se hoje eu vejo tão poucas cadeiras sendo ocupadas por pessoas que são iguais a mim, eu também quero estar ali, sabe? Não ser mais uma.” (Laura)

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência racista dói, implícita ou explicitamente. E ao adentrarem as universidades, lugar que poucos anos antes eram impedidas de frequentar, constituída maioritariamente de brancos, encaram mais um processo de reconhecimento, do seu próprio eu e como o outro a enxerga, ambos dentro de um sistema racista. Desde a própria solidão da mulher negra até comentários e ações maldosas, interferem na sua autoestima. Por terem pouca representatividade, espaços para debates e acolhimento das suas dores dentro do âmbito acadêmico, este estudo fez-se necessário para adentrar este lugar, fazendo deste mais um ganho para estas mulheres.

Desta maneira, a presente pesquisa teve como objetivo identificar quais são os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra universitária, portanto, através dos bancos de dados coletados pôde ser observado que o racismo interfere de modo significativo na autoestima das estudantes, fazendo-as se sentirem inadequadas nos ambientes, gerando inseguranças com relação a outras pessoas e estimulando a odiarem seus próprios corpos.

Fica evidente ao analisar a autoestima destas mulheres, o quanto o racismo interfere para que lhe desmotivem a se perceberem como quistas, ocasionando uma dificuldade para o reconhecimento como pessoa negra. A baixa autoestima é uma realidade presente por um longo período nas suas vidas. Só a partir de um processo longo e angustiante de aceitação de si mesma, das suas raízes

e da sua existência, é que essas mulheres conseguem lutar com todo ódio externo em forma de racismo.

Este processo fica claro ao descreverem suas experiências com a violência racista, evidenciando que têm lidado com isto desde a infância, não cessando na vida adulta, mais enfaticamente, na universidade. Ser mulher negra neste ambiente, é ter todos os âmbitos da sua vida atingidos pelo racismo. No entanto, ao descobrirem suas potencialidades neste meio, buscam formas de reverter este sistema racista em resistência.

Por fim, é de caráter urgente o desenvolvimento de fóruns, projetos e pesquisas relacionados a este tema. Desta forma fazendo com que mais vozes sejam ouvidas. Já que as jovens afrodescendentes têm lutado para conquistar seu espaço nos mais diversos campos, como na literatura, nas redes sociais, nas universidades, nas escolas e nas ruas, ampliando assim a representatividade da comunidade negra. É importante lembrar que essa luta não é recente e só é possível hoje devido ao trabalho árduo das gerações anteriores. Assim, seguimos nessa caminhada, dando voz a essas conquistas e ampliando nossas vozes cada vez mais.

REFERÊNCIAS

Akotirene, C. (2015). O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento.

BRASIL. Lei 12. 288, de 20 de julho de 2010: Estatuto da Igualdade Racial. Brasília: Casa Civil,

2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Lei/L1228m>. Acesso em: 4 de abr. de 2021.

BERNARDO, T; MACIEL, R. O. Racismo e educação: um conflito constante. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015.

CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. In: Revista Estudos Feministas. v.3 n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

COLLINS, P. H. Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Nova York: Routledge, 2000.

COTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, D. A. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. Estudos Feministas, Florianópolis, 2016.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Um breve discurso. In: Educação antirracista: caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

GOMES, N. L. Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

GONZÁLEZ REY, F. L. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson Learning, 2015.

HALL, S. The West and the Rest: Discourse and Power. In: HALL, S.; HELD, D.; MCGREW, T. Modernity and its Futures. Polity Press, 1996. p. 275-320.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em: 6 de abr. de 2021.

_____. Estatística de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>. Acesso em: 6 de abr. de 2021.

JULIO, A. L. Por uma visão psicossocial da autoestima de negros e negras. Protestantismo em revista. São Leopoldo - RS. v24, p. 62-69, Jan-abr. 2011

KALCKMANN, S.; SANTOS, C. G. dos; BATISTA, L. E. and CRUZ, V. M. da. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? *Saúde soc.* [online]. vol.16, n.2, pp.146-155, 2007.

MARTINS, J. R. Racismo, exclusão social e bullying na infância: a experiência de meninas negras em escolas públicas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 83-103, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216624>.

MEIRINHO, D. O olhar por diferentes lentes: o Photovoice enquanto método científico participativo. Discursos fotográficos, Londrina, v. 13, n.23, p. 261-290, ago./dez 2017. Disponível e m : <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/26989/0>. Acesso em: 27 abr. de 2021.

- MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- NASCIMENTO, E. L. O Sortilégio da cor-identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, p. 40, 2003.
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. Editora Perspectiva S/A, 2021.
- PACHECO, A. C. L. Mulher negra: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA (Coleção Temas Afro), 2013.
- QUEIROZ, R. C. S. Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v.12, n.40. p. 213-229, Jul/dez. 2019.
- RODRIGUEZ, M. D. S. “Até, meu bem, provar que não, negro sempre é vilão: Racismo e sexismo em um conto de Conceição Evaristo”. REVISTA INVENTÁRIO, nº19, p. 1-12. 2016
- ROSA, E. G; ALVES, M. C. Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re)Existência de Estudantes Negros/Negras. Psicologia: Ciência e Profissão, 40 (nspe), 1-14, 2020.
- SÁ, P. (Coord.); COSTA, A. P. (Coord.); MOREIRA, A. (Coord.). Reflexões em torno de metodologias de investigação: recolha de dados. Aveiro (PT): UA editora, v. 2, 2021. 100 p.
- SANTANA, B. Vozes insurgente de mulheres negras: do século XVIII à primeira década do século XXI. Belo Horizonte. Maza edições. 2019.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.
- SILVA, T. M. G. S. e. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. Universidade Federal da Bahia, 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4760>. Acesso em: 13 de out. de 2021.
- SILVA, T. T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SILVA, J; EUCLIDES, M. S. Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil). Educar em Revista [online]. v. 34, n. 70, pp. 51-66. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.58760>>. ISSN 0104-4060. Acesso em: 1 de dez de 2021.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. "Mulher negra, educação e exclusão". In: GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (Orgs.). O avesso das relações raciais: invisibilidade e exclusão social no Brasil. Edições Selo Negro, 2011, p. 67-88.

SODRÉ, M. Uma genealogia das imagens do racismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Mais! p. 6. 19 mar. 1995.

SOUSA, N. S. Torna-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2ª edição. Rio de Janeiro. Graal LTDA. 1990.

TIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 176 p, 1987.

ZANELLA, E. A prateleira do amor e o racismo: estudo sobre pessoas negras que se sentem excluídas dos relacionamentos amorosos. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

ZANELLO, V. Saúde mental e gênero. 13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero. 2017.